

José Costa mostra como evitar fraude com a impressão digital

Foto e filme podem apontar "pianista"

A comissão de investigações da Constituinte, nomeada para apurar quem votou em lugar do deputado Sarney Filho (PFL-MA), terça-feira última, requisitou ontem os filmes e tapes feitos no plenário da Assembleia, além das fotos colhidas durante aquela votação, pelos repórteres-fotográficos dos diversos jornais e revistas ali credenciados.

Paralelamente, a comissão investigadora — que é integrada pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE) e pelos deputados Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) e José Carlos Martinez (PMDB-PR) — pediu também aos técnicos dos computadores da Câmara que programassem o restabelecimento de todos os momentos de votação irregular, para localizar em que ponto estava o constituinte que votou com o código de Sarney Filho — o equipamento eletrônico de votação comporta um programa que permite a recuperação de todo o processo ocorrido na sessão da Constituinte em que ocorreu a irregularidade.

Explicou ainda Virgílio que a investigação se estenderá aos dois postos de votação avulsos, na frente do plenário, utilizados pelos constituintes cujos nomes eventualmente não apareçam no painel que registra os votos de quem está sentado nas poltronas.

Virgílio esclareceu que os programas solicitados pela comissão investigadora ficarão prontos nos próximos dias e estarão disponíveis logo que a Constituinte voltar a funcionar.

Suspeita atinge a todos

Rubem de Azevedo Lima

A exceção dos constituintes que não estavam comprovadamente em Brasília, na última terça-feira, durante a votação irregular em que se apurou o voto do deputado Sarney Filho (PFL-MA), então em São Luís, a mais de dois mil quilômetros do Distrito Federal, toda a Assembleia Nacional Constituinte se encontra sob suspeita.

Por esse motivo, aliás, o caso Sarney Filho é mais grave do que os dos pianistas da Câmara, em 1986, quando alguns deputados foram pilhados pelos repórteres fotográficos, votando em lugar de representantes ausentes. Naquela ocasião, os "pianistas" foram descobertos no ato, ao contrário do que aconteceu agora.

De resto, a lista de suspeitos não se esgota com os constituintes que estavam no plenário, no momento da votação irregular. Pelo regimento da Assembleia, ex-deputados e ex-senadores também podem circular no recinto de votação e até, se desejarem, sentar-se nas poltronas do plenário.

Pois é precisamente pela gravidade da situação — a suspeita generalizada, que leva cada constituinte a desconfiar de seu vizinho e correligionário ou adversário — que se

Mecânica

Cada um dos 559 constituintes tem seu número de código, composto de três algarismos permanentes e mais dois, sigilosos, acrescentados ao final daquela cota. Quanto aos deputados, os três primeiros algarismos são os que constam de sua carteira de identidade parlamentar, indo de 001 a 487 (número de deputados). A identidade de cada um dos 72 senadores tem apenas dois algarismos, de 01 a 72. Para operacionalidade do equipamento de votação, os senadores acrescentam o algarismo 8, à frente da dezena pessoal, e, depois dessa, os dois algarismos do código secreto.

Na hipótese de digitação errada — de números secretos inexistentes — o computador repele o registro. Como no caso do uso do código de Sarney Filho houve duas votações irregulares sucessivas, a impressão dos técnicos é que tenha havido intencionalidade no erro, pois a chance matemática de tal ocorrência é de uma sobre dez mil.

O deputado Brandão Monteiro, do PDT do Rio, que denunciou a irregularidade, vê como solução ideal para evitar fraudes a criação de um cartão individual, cifrado, para cada votante. Assim, quem utilizasse o cartão de outro estaria intencionalmente cometendo irregularidade.

acredita, agora, na apuração completa do caso do voto de Sarney Filho. Tecnicamente — garante o senador Virgílio Távora — o programa do equipamento eletrônico da Constituinte permite descobrir o responsável pela irregularidade.

Do ponto de vista político, a Assembleia deve aproveitar a oportunidade para punir exemplarmente quem votou em lugar do filho do Presidente, uma vez comprovada a má fé desse ato. O episódio, por si só, abala a fé nas futuras votações, por maior que seja o policiamento interno sobre os constituintes. As regras do jogo se mostraram vulneráveis e foram violadas. Quanto ao deputado Sarney Filho, embora livre de suspeita — conforme ele próprio assegurou, ao defender-se — não é bem assim. Afinal, no instante da votação de tema importante (o direito de propriedade), o filho do Presidente fazia gazeta parlamentar. Há quem pense que, no caso, algum amigo tenha querido protegê-lo. Assim, convém que se descubra quem e por que votou em seu lugar. Em princípio, ao contrário do que disse, Sarney Filho fica duplamente exposto no episódio e talvez não lhe seja fácil, além de provar a inocência quanto ao voto irregular, justificar a ausência aos trabalhos da Assembleia.

Góes acusa Olívio de fraude

A Comissão de Sindicância, designada pela Mesa para apurar a fraude ocorrida com o voto do deputado Sarney Filho, já tem mais serviço: vai investigar acusação do deputado Messias Góes (PFL-SE) de que o deputado Olívio Dutra procedeu "de forma estranha" numa das votações de ontem.

A matéria que estava sendo apreciada foi aprovada por consenso de lideranças. Dutra explicou que chegou atrasado, e por isso procurou um lugar na bancada da direita, onde sentam os constituintes do Centrão, mas não conseguiu

completar o procedimento a tempo, indo votar no posto avulso. Góes viu nisso motivo para suspeitar de fraude. Segundo ele, Dutra estava com cara de quem tem culpa no cartório, e poderia ter votado para outro deputado na bancada, e depois, com seu próprio código, no posto.

O deputado José Costa (PMDB-AL) ofereceu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, uma solução definitiva para o problema da fraude nas votações pelo painel eletrônico, através da identificação de cada constituinte pela sua impressão digital.

CPI já tem lista para os depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado para apurar a corrupção no Governo Federal já tem um roteiro prévio de trabalho e uma lista parcial de depoentes, que incluem, entre outros, o ex-ministro Bresser Pereira, Aníbal Teixeira e o delegado Romeu Tuma. Todos os depoimentos serão tomados em sigilo.

As investigações vão se concentrar nos dois últimos anos do Governo Sarney e vários senadores estão convencidos de que já dispõem de pelo menos dois casos comprovados de corrupção — a importação de alimentos durante o Plano Cruzado e o repasse de verbas da Seplan a municípios.

O roteiro definitivo de trabalho deverá ser aprovado na próxima reunião da CPI no dia 24 de fevereiro. Até lá, a secretaria da Comissão terá requisitado informações a respeito de cerca de "200 ramos" na Administração Federal. Entre os depoentes já relacionados, estão, também, o ex-secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkraut, o ministro João Batista de Abreu e os prefeitos que denunciaram a Seplan. Não está na relação, mas reservadamente alguns senadores admitem que será convocado, o ex-secretário particular e genro do presidente José Sarney, Jorge Murad.

Intermediação

A CPI, através de sua assessoria, fará um completo levantamento das verbas repassadas a municípios pela Seplan nos últimos dois anos e pretende, posteriormente, verificar in loco a sua aplicação.

Está prevista também uma averiguação completa sobre as empresas de intermediação para a liberação de verbas públicas, com sede ou representação em Brasília. O objetivo é realizar uma verdadeira devassa nessas empresas.

A CPI pretende trabalhar articuladamente com o Tribunal de Contas da União, a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal e a Secretaria da Receita Federal. Além de levantar todas as denúncias publicadas nos últimos meses pela imprensa ou feitas em depoimentos a outras comissões parlamentares de inquérito.

A preocupação da maioria dos integrantes da CPI da corrupção, que fazem oposição ao presidente Sarney, é de que um trabalho malfeito não produza provas servindo como um atestado de idoneidade à administração. Mas, pelos dados preliminares já levantados, e algumas investigações já realizadas, esses senadores estão convencidos de que, ao final dos trabalhos, apresentarão provas concretas de corrupção no Governo.



Jorge Murad: genro e secretário

Senador propõe que Murad seja ouvido

A convocação do genro e secretário particular do Presidente da República, Jorge Murad, para depor na CPI, do Senado que investiga a corrupção no Poder Executivo Federal, foi proposta ontem pelo senador Mansueto de Lavor, juntamente com a de outros nomes arrolados pelo relator Carlos Chiarelli, o ex-ministro Aníbal Teixeira e o ex-secretário da Seplan, Michal Gartenkraut.

Ficou decidido que o objetivo prioritário da Comissão Parlamentar de Inquérito será identificar e definir responsabilidades nos casos de intermediação de recursos públicos, mediante auferimento de vantagens ilegais, sendo tais recursos destinados à comunidade.

O relator Carlos Chiarelli e o presidente da CPI, senador José Inácio, admitiram que isto significa, num primeiro momento, a investigação das irregularidades que vêm sendo denunciadas pela imprensa relativamente à atuação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

No roteiro de atividades proposto à CPI, pelo relator Chiarelli figuram, ainda, como depoentes, o delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal, que segundo consenso entre os senadores — poderia fornecer importantes subsídios àquele órgão. Outros nomes lembrados foram o ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, do ministro do Planejamento, Batista de Abreu, e de prefeitos denunciadores de irregularidades no processo de captação de verbas públicas para os respectivos municípios.

O senador Maurício Correa, do PDT Mansueto de Lavor e o relator Chiarelli propuseram que a abrangência das investigações da CPI seja limitada aos últimos dois anos, sem prejuízo da apuração de fato relevante que venha a surgir e cujas origens sejam anteriores.

Planalto nega pedido de verbas às estatais

As ações do Governo, em todas as áreas, serão mostradas à sociedade através de propaganda, uso dos horários gratuitos nas emissoras de rádio e televisão e por todo o esquema oficial de comunicação social. Este foi o principal tema da conversa mantida antecessoramente entre o presidente Sarney e os presidentes da Caixa Econômica Federal, Maurício Viotti; do Banco do Brasil, Camilo Calazans, e da Petrobrás, Osires Silva. O Presidente continuará promovendo outras reuniões com os demais setores do Governo, informou o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Disse o ministro Costa Couto que durante a reunião "não se falou em dinheiro. O presidente Sarney quer apenas mostrar que seu Governo está realizando obras e que muitos órgãos têm obtido vitórias significativas". Além disso, informou o ministro, o Presidente solicitou aos participantes da reunião que trabalhem em conjunto com a Subchefia de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, liderada pelo jornalista Antônio Carlos Drummond, para que "a linguagem do Governo seja unificada e não se torne anárquica".

Ao presidente da Petrobrás, o presidente Sarney recomendou

uma campanha mostrando que a empresa vem obtendo vitórias na prospecção e exploração de petróleo, chamando a atenção para o fato de que a Petrobrás "é nossa". Nas recomendações ao presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, Sarney chamou a atenção principalmente para o fato que na Nova República, o banco ocupa um espaço importante, porque financia 15% dos empréstimos feitos em todo o País. Ao presidente da CEF, o Sarney disse que era preciso mostrar o papel social assumido pela Caixa Econômica no financiamento da casa própria para as populações de baixa renda.

"Nem renúncia, nem suicídio"

"Comigo não há nem renúncia, nem deposição, nem suicídio". A frase foi dita pelo presidente José Sarney, reagindo contra as especulações feitas pela imprensa de que ele estaria disposto a abandonar o cargo, irritado com as notícias envolvendo seus familiares, informou o ministro Costa Couto. Hoje, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", gravado no início da noite de ontem, o Presidente responderá às acusações feitas.

Esta é a terceira vez que o presidente Sarney vê o noticiário sobre uma possível renúncia. Ele explica as especulações dizendo que a sociedade vive ainda traumas ocorridos na História recente do País, com o suicídio de Getúlio Vargas (1954), a renúncia de Jânio, em 1961 e a deposição de João Goulart, em 1964. Apesar disso, o Presidente garante a seus auxiliares que não existe este risco. «As notícias — afirmou um dos mais próximos assessores do Presidente — não passam de uma estúpida especulação».

Quanto às acusações feitas contra a senhora Marly Sarney, o fato irritou o Presidente. Ele não admite que envolvam o nome de seus familiares em ações que integram atividades próprias do Governo. De acordo com a explicação do ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do

Gabinete Civil da Presidência da República, "é perfeitamente natural que dona Marly solicite atendimento de creches ou outras entidades de serviço público. Ela é presidente de honra da Legião Brasileira de Assistência e recebe por dia mais de cem cartas. E o fato de intermediar liberação de recursos para creches está sendo bem aceita pela opinião pública. E um dever o atendimento das obras de utilidade pública e até um jornalista pode interceder».

Renúncia

Em maio do ano passado, quando a imprensa do País acusava a filha do Presidente, Roseana Sarney, de manipular o poder — logo após a demissão do ministro Marco Maciel, o ex-chefe do Gabinete Civil — o presidente Sarney ficou bastante aborrecido. Na ocasião, dona Marly Sarney chegou a aconselhar o Presidente a deixar o Governo. Sarney recebeu no Palácio da Alvorada alguns parlamentares que estavam preocupados com as notícias e terminou dizendo que não renunciaria.

Em setembro, o fato voltou a se repetir e Sarney disse então a frase que voltou a repetir agora no novo episódio: "Nem suicídio, nem renúncia, nem deposição».

Plenário vazio impede conclusão do capítulo

A Assembleia Nacional Constituinte não conseguiu concluir, ontem, a votação do Capítulo I do Título II do projeto de Constituição, e que trata dos direitos individuais e coletivos. Por falta de quórum — muitos parlamentares, temendo a greve dos aeronautas, no final da noite, abandonaram o plenário rumo ao aeroporto — a sessão foi suspensa até a próxima quinta-feira, quando os trabalhos serão reiniciados com apreciação do restante das emendas aditivas ao parágrafo 6º do projeto.

Após ser votado o parágrafo 6º do artigo 6º, o plenário foi se esvaziando e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, acabou vendo frustradas as suas expectativas de votar todo o Capítulo. Para isso, ele havia marcado a realização de duas sessões, mas acabou prorrogando o tempo da primeira, pela manhã, na tentativa de alcançar seu objetivo, o que foi em vão.

Fusão Entre os dispositivos votados ontem, o mais importante é o que estabelece que "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. O autor da ação será isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada a má fé».

Parágrafo 54 — É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados o sigilo das votações, a plenitude de defesa, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Parágrafo 55 — Cabe ação de

ônus da sucumbência, salvo comprovada a má fé».

O parágrafo surgiu da fusão de sete emendas, da autoria de parlamentares de várias tendências, como por exemplo, os deputados Afif Domingos (PL-SP), José Inácio Ferreira (PMDB-SP), Eduardo Bonfim (PC do B-AL) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), e por isso mesmo teve a aprovação de 372 votos, dois contra e três abstenções.

Júri Também na sessão de ontem, que foi tranquila, sem as brigas constantes entre a direita e a esquerda em plenário, foi recuperada a soberania do júri popular, que havia sido restringida pelo substitutivo do Centrão, recuperando o mesmo dispositivo aprovado na Comissão de Sistematização. Além dessa questão, os constituintes aprovaram uma emenda do deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ), restabelecendo um parágrafo do projeto de Constituição pelo qual o habeas corpus e o habeas data serão gratuitos.

Diante do plenário que ia se esvaziando, o deputado Ulysses Guimarães ainda tentou colocar em votação as emendas aditivas, mas acabou suspendendo a sessão e anunciou que "no final de semana após o carnaval, haverá sessões na Assembleia Nacional Constituinte».

A NOVA CARTA

Integra do que foi aprovado ontem:

Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais
Capítulo I — Dos Direitos Individuais e Coletivos
Art. 6º (...)

Parágrafo 52 (...)

II — para a retificação de dados, em não se preferindo fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Parágrafo 53 — Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. O autor da ação é isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada a má fé.

Parágrafo 54 — É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados o sigilo das votações, a plenitude de defesa, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Parágrafo 55 — Cabe ação de

inconstitucionalidade contra ato ou omissão que fira preceito desta Constituição

Parágrafo 56 — As ações previstas nos parágrafos 48 e 52 são gratuitas.

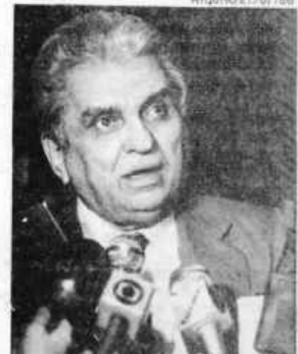
Parágrafo 57 — São gratuitos aos reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e o atestado de óbito, bem como os demais atos necessários ao exercício da cidadania.

Parágrafo 58 — O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Parágrafo 59 — Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos atos internacionais de que o País seja signatário.

Parágrafo 60 — Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir a eficácia desta disposição.

Parágrafo 61 — As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.



Ministro também desmente Notícia é absurda, assegura Aluizio

"O presidente Sarney não renúncia. Vai governar até o último dia do seu mandato" — disse ontem o ministro da Administração, Aluizio Alves, ao considerar absurda e descabida a notícia divulgada sobre a renúncia do Presidente. Segundo informações dadas ontem no Palácio do Planalto, o que de fato gerou as notícias sobre um desejo de renúncia do presidente Sarney foi um desabafo feito por ele, ao ler notícia envolvendo nomes de seus familiares a casos de corrupção.

"Vejam vocês o que tenho de aturar. Não respeitaram nem mesmo minha família. Isso é coisa infame. Tem hora que dá vontade de largar tudo" — teria comentado, amargurado, o presidente José Sarney.

Segundo a interpretação que se dá, no Palácio do Planalto, a esta afirmação feita pelo Presidente, ela não envolve uma intenção política de renúncia à Presidência da República. Mas apenas um desabafo, carregado de emoção do homem José Sarney, não do Presidente.

Destaca-se ainda no Palácio que "tem sido muito duro para o Presidente suportar a onda de acusações infundadas que estão movendo, como em orquestrada campanha contra a sua pessoa e contra o seu Governo. O que mais doeu no Presidente — ressaltou — foi o fato de "não respeitarem nem mesmo a dona Marly (sua mulher) e os seus filhos".

Reis diz que Sarney aprova novo sistema

O presidente José Sarney, na versão do secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), aprova a implantação de um sistema de governo definido como "presidencialismo parlamentarizado", no último ano de seu mandato. A proposta, apresentada ontem ao presidente pelo deputado, prevê a figura do primeiro-ministro, nomeado e passível de demissão pelo presidente da República, e que assumiria a condição de auxiliar mais qualificado do chefe do Executivo.

Segundo Milton Reis, a proposta levada ao presidente — que tem como co-autores os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MA) — ocupou 20 dos 30 minutos da audiência de ontem no Palácio do Planalto, devido ao interesse demonstrado por Sarney em conhecer os detalhes do sistema de governo. O deputado afirmou que o sistema presidencialista, hoje, tem aprovação tranquila na Assembleia Nacional Constituinte.

Nova embaixada

O presidente José Sarney baixou ato ontem, criando a embaixada do Brasil na República Popular da Mongólia, cumulativa com a embaixada em Moscou. De acordo com exposição de motivos do ministro das Relações Exteriores, o estabelecimento de relações diplomáticas com aquele país foi aprovado pelo Presidente da República em março do ano passado.

Polícia libera

Os quatro elementos do PT, que foram presos em flagrante, ontem à noite, na cidade de Jaguarão, a 400 quilômetros de Porto Alegre, por estarem colocando cartazes identificando 12 constituintes gaúchos integrantes do Centrão, já foram postos em liberdade e o processo encaminhado à Polícia Federal. A informação foi confirmada ontem à tarde pela CUT, em Porto Alegre.

Os policiais de Jaguarão deliveram Jarbas Taurino de Andrade, de 23 anos, Nara Menezes da Silva, de 22 anos, e mais dois menores.

ACM nega apelo por 5 anos

São Paulo — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, negou ontem que seu encontro com os empresários, na Federação das Indústrias, tinha o objetivo de pedir o apoio da classe ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ele disse que esta é uma questão de interesse do País, mas que discutiu com os

industriais aspectos da Assembleia Nacional Constituinte. Revelou que considera a opinião dos empresários imprescindível para colaborar no processo de votação da Carta Magna. A seu ver, a Constituinte teria um rendimento maior se tivesse partido de um anteprojeto, com base na Constituição de 1964.